

Jorge Fonseca, *Os livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII: estratégias económicas, sociais e familiares*, Lisboa, Edições Colibri, 2020, 226 p., ISBN 978-989-689-921-9.

Jorge Fonseca é licenciado em História, pós-graduado em Ciências Documentais (Variante Arquivo) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Doutor em Estudos Portugueses (Especialidade de Cultura Portuguesa dos Séculos XV e XVI) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É investigador integrado do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar (CHAM-FCSH/UNL). Dos estudos publicados destacam-se os temas Escravos e Negros em Portugal, História de Lisboa e do Alentejo, Reforma Manuelina dos Forais e Associativismo e Assistência.

Os livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII: estratégias económicas, sociais e familiares é uma obra no âmbito da história do livro que se debruça sobre a ação livreira, em Lisboa, na segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII, um dos períodos mais notáveis da história do pensamento humano, e em que os livreiros, principais agentes da venda de livros, assumem um papel crucial enquanto divulgadores da cultura escrita. Em Portugal este foi um período histórico marcado, por um lado, pela riqueza que o comércio ultramarino proporcionava e, por outro pela ação controladora da Inquisição, instituída em 1536, e pela União Ibérica (1580-1640).

O livro apoia-se em inúmeras fontes – registos notariais, registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos; inventários e testamentos de profissionais do livro; fundos inquisitoriais; registos de correspondência e contabilidade do Museu Plantin-Moretus – e em bibliografia pertinente e atualizada.

Este é um tema pouco tratado historiograficamente, contendo esta obra informação muito relevante, nomeadamente no que concerne à circulação do livro (importação e exportação) e ao conhecimento dos agentes do livro em Portugal.

Depois do prefácio de Maria da Graça Pericão, intitulado “A quem ler” (p. 11 e 12), o Autor dá a conhecer no “Preâmbulo” as motivações desta obra e as fontes que consultou no decurso da sua investigação. O livro estrutura-se em seis capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro, intitulado “Os livreiros e o comércio da cidade” (p. 13-24), o Autor, partindo da descrição da cidade de Lisboa nos começos da Modernidade, destaca a importância das descobertas para a prosperidade económica nunca antes vivida na capital do reino. São identificadas 115 tendas de livreiros, localizadas, na sua maioria, na Rua Nova, que nos fins do século XV sofreu uma reorganização com o objetivo de

a libertar dos ofícios que não interessavam aos mercadores (ferreiros, peixeiros, salgadeiros, artífices de tonéis de vinho).

O segundo capítulo, “Estratégias económicas” (p. 25-95), é o mais extenso do livro. Nele, Jorge Fonseca dá a conhecer o mercado interno e externo do livro impresso, que é dinamizado, maioritariamente, por livreiros, mas também por vendedores de rua, vendedores cegos e particulares “sem loja montada”, que, pelas ruas de Lisboa e nas feiras, vendiam à margem do mercado. Por livreiros deve entender-se os profissionais que se dedicam à venda de livros e que têm de fazer prova da sua “capacidade de encadernar”. Na capital do reino, encontravam-se estabelecidos livreiros portugueses e estrangeiros, que atuavam como intermediários de algumas das maiores e mais importantes oficinas tipográficas europeias. Uma dessas casas editoriais, a Oficina Plantiniana tinha, em Lisboa, como representantes, Gualtier Desselmans e Lambert. A este propósito, o Autor apoiando-se em documentação do Museu Plantin-Moretus, apresenta-nos os principais clientes portugueses desta oficina, referindo que a maioria da correspondência trocada, se relacionava com o fornecimento incompleto das encomendas, justificado pela falta de papel e atrasos no transporte.

Quanto à exportação do Livro, Portugal ocupava uma posição periférica no mercado europeu. A exceção era Castela e os autores da Companhia de Jesus, que viam os seus livros impressos em Portugal serem exportados para França, Países Baixos, Itália e para o Império Português, principalmente para a Índia e Brasil.

Numa sociedade constituída por um elevado número de analfabetos, motivo considerado o principal entrave no acesso ao livro em Portugal, quem comprava livros e possuía bibliotecas era uma pequena elite constituída por membros do clero, nobreza e burguesia letrada.

Ainda neste segundo capítulo são abordadas as relações que se estabeleceram entre a coroa e os livreiros. É enfatizado o papel que a imprensa constituiu para a coroa enquanto meio de afirmação do seu poder e prestígio. Para além disso, a coroa apoiou-se no trabalho dos livreiros para seu serviço pessoal escolhendo e nomeando um livreiro para o cargo de “livreiro do rei”. É apresentado ao leitor o nome dos livreiros do rei, desde D. João III a D. João IV (p. 90).

O terceiro capítulo, “Associativismo religioso: A Irmandade de Santa Catarina” (p. 97-100), aborda, ainda que de forma breve, a Irmandade dos Livreiros de Lisboa, que D. João III e sua esposa D. Catarina de Áustria entregaram aos livreiros de Lisboa, “ministros da sabedoria”. À irmandade podiam juntar-se irmãos não livreiros, tendo dela feito parte o próprio rei D. João III e a rainha D. Catarina, outros membros da família real e da alta nobreza, o que demonstra o apoio dado a esta irmandade.

“Os livreiros e a Inquisição” (p. 101-108) é o título do quarto capítulo, onde o Autor, apoiando-se nos processos da Inquisição portuguesa, mostra com exemplos concretos de impressores e livreiros, a vigilância a que, uns e outros, estavam sujeitos e como as suas atividades de impressão e venda de livros foram afetadas pela sua ação. Alguns livreiros procuraram relacionar-se com o Santo Ofício através da sua integração como Familiares, o que proporcionava “aos seus detentores certas vantagens, como a de conferir um atestado de inquestionável limpeza de sangue e da condição de cristãos-velhos.” (p. 107). Jorge Fonseca identifica 14 livreiros com a condição de Familiares do Santo Ofício.

A preocupação dos livreiros na continuidade do negócio na esfera familiar é o tema do quinto capítulo, “Negócios e estratégias familiares”, (p. 109-118). A atividade de livreiro, tal como sucedia com outros ofícios, era, em muitos casos, herdada dos pais: o livreiro Luís Álvares, por exemplo, herdou a loja do seu pai, com apenas 12 anos de idade. Na ausência de filhos homens, optava-se pelo casamento das filhas com livreiros ou antigos empregados. Há ainda casos de livreiros irmãos, o que leva o Autor a concluir que havia “uma aprendizagem comum com um pai livreiro, a cuja atividade os filhos tenham dado continuidade”. (p. 113). Desconhecem-se fontes que permitam saber da existência, em Portugal, de livreiros do sexo feminino, que tenham dado continuidade à profissão dos pais ou maridos.

Para o estudo dos “Níveis de riqueza e de estatuto socioprofissional”, capítulo seis (p. 119-130), o Autor serve-se do recenseamento dos livreiros no lançamento do imposto de 1565, que evidencia os vários níveis de riqueza entre os que editavam e vendiam livros. Os livreiros melhor sucedidos economicamente são, na sua maioria, estrangeiros (flamengos, castelhanos e franceses). Mas, havia também livreiros prósperos entre os livreiros portugueses. Entre estes, destaca-se João do Canha, livreiro de D. Teodósio, duque de Bragança, que financiou a impressão de vários livros; Afonso Fernandes, livreiro da Misericórdia; Salvador e Luís Martel, cujo ofício, em 1565, foi avaliado em conjunto com a sua mãe em mil reais, o segundo valor mais alto entre os livreiros; Domingos Martins que importava livros de Medina del Campo e de Lyon e que revendia em Portugal.

A atividade livreira, potenciadora de acumulação de riqueza, facilitava a entrada noutros negócios lucrativos, como o da ourivesaria ou do comércio ultramarino a que os livreiros como João de Carvalho ou Estêvão Lopes também se dedicavam. O Autor considera que os livreiros de rendimentos mais baixos apenas se dedicavam à encadernação e venda de livros fornecidos pelos seus colegas.

Relativamente a estratégias de ascensão social, foram várias as formas encontradas pelos livreiros para a sua promoção: desde logo, o estatuto de livreiro do rei, da rainha ou de outros membros da família real ou ser livreiro

da Casa de Bragança, de Ordens Militares, do arcebispado ou da Câmara da cidade, que conferia aos seus detentores prestígio e desafogo económico. Outras situações promotoras de reforço do estatuto social passavam por casamentos com elementos da nobreza de menor escalão, ser-se familiar do Santo Ofício e, não raras vezes pelo apadrinhamento: convidavam-se membros do clero para padrinhos de batismo dos filhos.

O Autor afirma, ainda, que as fontes consultadas evidenciam uma unidade entre parceiros de profissão. Há exemplos de livreiros como testemunhas de casamentos de colegas seus, de padrinhos de batismo dos respetivos filhos, assim como de seus testamenteiros. Para essa união muito terá contribuído a Irmandade de Santa Catarina.

Segue-se a conclusão, onde o Autor regista as principais ideias de cada um dos capítulos da obra.

As últimas 80 páginas do livro contêm as “Notas biográficas” dos agentes do livro (p. 133-213) e que resultam dos dados que o Autor foi retirando das fontes ao longo da sua investigação. Estas Notas Biográficas constituem um riquíssimo contributo para o conhecimento dos profissionais do Livro no Portugal da segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII.

Este livro carrega informação e reflexão muito relevante para o conhecimento da história do livro em Portugal, abrindo o campo das possibilidades para novas investigações e reflexões mais aprofundadas.

ROSA M. GOMES
Universidade de Coimbra, FLUC
rosimariags@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-9594-3292>